

APROVO O CONVITE



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

AJUSTE DIRETO

(Cfr. artigo 115º do Código dos Contratos Públicos)

AQUISIÇÃO DE 50 LICENÇAS DE BASES DE DADOS JURIDICA

Ref.^a Interna: 36/ACT/COMPRAS/2025

Índice

Artigo 1.º.....	3
Entidade adjudicante	3
Artigo 2.º.....	3
Decisão de contratar.....	3
Artigo 3.º.....	3
Objeto	3
Artigo 4.º.....	3
Procedimento a adotar	3
Artigo 5.º.....	3
Requisitos necessários para admissão do concorrente.....	3
Artigo 6.º.....	4
Consulta e disponibilização das peças do procedimento	4
Artigo 7.º.....	4
Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	4
Artigo 8.º.....	5
Documentos da Proposta	5
Artigo 9.º.....	6
Modo de Apresentação da Proposta	6
Artigo 10.º.....	6
Modo de indicação do preço	6
Artigo 11.º.....	7
Prazo de apresentação das propostas	7
Artigo 12.º.....	7
Propostas variantes	7
Artigo 13.º.....	7
Negociação.....	7
Artigo 14.º.....	7
Prazo de manutenção das propostas.....	7
Artigo 15.º.....	7
Critério de adjudicação	7
Artigo 16.º.....	8
Caução	8

Artigo 17.º.....	8
Adjudicação e notificação da decisão.....	8
Artigo 18.º.....	8
Documentos de habilitação.....	8
Artigo 19.º.....	10
Encargos.....	10
Artigo 20.º.....	10
Legislação aplicável.....	10

Artigo 1.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Autoridade para as Condições do Trabalho, abreviadamente designada por ACT, com sede na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa, com o número de telefone 217 924 500 e os correios eletrónicos: secretariado.direcao@act.gov.pt ou dsag.mail@act.gov.pt.

Artigo 2.º

Decisão de contratar

Considerando o preço base fixado para o presente procedimento, a decisão de contratar foi tomada através do Despacho do Diretor de Serviços de Apoio à Gestão da ACT, Dr. Nelson Lourenço, exarado sobre a Informação N.º I-DPF-GABINETE JURÍDICO-00297-2025, na data de 05/03/2025, ao abrigo das competências que lhe foram delegadas pela Inspetora-Geral da ACT, Dr.ª Maria Fernanda Campos, em sede do Ponto 1.1 do n.º 1 do Despacho (extrato) n.º 5001/2023, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 82, de 27 de abril de 2023.

Artigo 3.º

Objeto

O contrato a celebrar tem por objeto a «**Aquisição de 50 Licenças de Base de Dados Jurídica**», em conformidade com a Parte I [Condições Gerais] e a Parte II [Especificações Técnicas] do Caderno de Encargos.

Artigo 4.º

Procedimento a adotar

O procedimento por ajuste direto foi adotado ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado CCP.

Artigo 5.º

Requisitos necessários para admissão do concorrente

1. É concorrente a entidade que participa neste procedimento mediante a

apresentação de uma proposta, submetida através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov (www.acingov.pt).

2. O concorrente está impedido de participar caso se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 6.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica desde o dia do envio do Convite.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Convite à Apresentação de Proposta e o Caderno de Encargos estão disponíveis na Direção de Serviços de Apoio à Gestão da ACT, sita na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa, para consulta do interessado, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 16h30, desde o dia do envio do respetivo Convite até ao termo do prazo fixado para efeitos de apresentação da proposta.

Artigo 7.º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado, por escrito, através da plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
2. No mesmo prazo, pode o interessado apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. A resposta aos esclarecimentos a que se refere o n.º 1 será prestada, pela mesma via, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
4. Os erros e as omissões a que se refere o n.º 2, serão sujeitos a pronúncia, considerando-se rejeitados todos os que, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, não sejam expressamente aceites,

sendo que para todos aqueles que forem aceites, serão identificados os termos dos respetivos suprimentos.

5. Os esclarecimentos prestados e as retificações de erros ou omissões efetuadas, são parte integrante das peças do procedimento, sendo publicadas na plataforma eletrónica e comunicadas ao interessado que procedeu ao seu levantamento de acordo com o artigo 50.º do CCP.

Artigo 8.º **Documentos da Proposta**

1. A proposta, instruída nos termos do artigo 57.º do CCP, é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do mesmo diploma legal, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Proposta de preço, em algarismos e por extenso, atendendo às necessidades de aquisição estabelecidas no Caderno de Encargos, onde deve constar:
 - i. O preço global da proposta;
 - ii. O preço unitário de cada licença; e
 - iii. A indicação, em separado, do acréscimo de IVA à taxa legal em vigor relativamente ao preço total apresentado.
 - c) Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta e da declaração prevista na alínea a), à forma de obrigar prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, procuração, contrato, consórcio), de acordo com os números 4.º e 5.º do artigo 57.º do CCP; e
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

Artigo 9.º

Modo de Apresentação da Proposta

1. Os documentos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada.
2. O concorrente deverá assinar eletronicamente todos os documentos que associar à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estipulado no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 agosto.
3. Os documentos que constituem a proposta são apresentados na plataforma eletrónica.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, o interessado pode retirar a mesma, bastando comunicar tal facto à ACT, nos termos do artigo 137.º do CCP.

Artigo 10.º

Modo de indicação do preço

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA à taxa legal em vigor.
2. Preços que são indicados em euros e devem ser apresentados com arredondamentos a duas casas decimais.
3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços

parciais, unitários ou não, mais decompostos.

5. No caso de discrepância entre os preços apresentados na proposta e quaisquer outros apresentados em documentos que a acompanhem prevalecem os primeiros.

Artigo 11.º

Prazo de apresentação das propostas

1. A proposta deve ser apresentada até às **23h59** horas do **3.º dia** a contar da data do envio do presente Convite, através da **plataforma eletrónica acinGov** (www.acingov.pt).
2. O prazo referido no número anterior é contínuo.

Artigo 12.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, pelo que o concorrente apenas poderá apresentar uma única proposta (cfr. n.ºs 1, 2 e 7 do artigo 59.º do CCP).

Artigo 13.º

Negociação

Não haverá lugar à negociação das propostas.

Artigo 14.º

Prazo de manutenção das propostas

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

Artigo 15.º

Critério de adjudicação

A adjudicação será realizada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada através da modalidade “Monofator”, de acordo com a avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Deste modo, o critério de adjudicação a adotar será o *preço mais baixo*.

Artigo 16.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução, atento o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 17.º

Adjudicação e notificação da decisão

1. O órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a ao concorrente na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção da proposta.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada ao concorrente após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte.

Artigo 18.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública, no prazo de **3 (três) dias úteis**, sob pena de caducidade da adjudicação, reprodução dos seguintes documentos:
 - i. **Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II**, na sua redação atual, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, assinada pelo concorrente ou por **representante que tenha poderes para o obrigar**;
 - ii. **Declaração da situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento

principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

- iii. **Certidão que ateste a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- iv. **Certificado de registo criminal** de pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, de pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- v. **Certidão Permanente de Registo Comercial**, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- vi. **Declaração do Beneficiário Efetivo**, com a identificação de todas as pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiros, detenham a propriedade ou o controlo efetivo da entidade jurídica, no âmbito do Regime Jurídico do Registo Central de Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto e regulamentada pelas Portarias n.º 233/2018, de 21 de agosto, e n.º 200/2019, de 28 de junho.

- 2. Os documentos referidos nas alíneas ii., iii., iv. e v. do número anterior podem ser disponibilizados através do código de acesso para a sua consulta online, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3. A ACT concede ao adjudicatário o prazo de 2 (dois) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que constituam motivo de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 19.º

Encargos

Todas as despesas inerentes à elaboração das propostas e à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 20.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.